

ROBERTO LIVIANU

Promotor de Justiça

Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito da USP

CORRUPÇÃO

3ª EDIÇÃO

Versão revista e ampliada do livro

Corrupção e Direito Penal, publicado em 2006 e 2014

Prefácio por Sergio Moro

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, verão de 2018
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

ROBERTO LIVIANU

Corrupção

3ª ed.

São Paulo: Quartier Latin, 2018.

ISBN 85-7674-916-5

1. Direito Penal 2. Corrupção I. Título

Editor

Vinicius Vieira

Diagramação

Antonio Marcos Cavalheiro

Alterações 3ª edição

Victor Guimarães Sylvio

Revisão gramatical

Ronaldo Santos Soares

Capa

Sólon Miranda/Kick Comunicação

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefone: (11) 3222-2423

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Prefácio por Sergio Moro	11
Apresentação	15
Prefácio à 1ª edição	19
 Introdução	 21
 I. Corrupção, uma Evolução Histórica.....	 29
1. Da Babilônia à Idade Média	33
1.1. O Iluminismo.....	35
2. Crime de Corrupção: da Colônia à Independência do Brasil.....	36
2.1. O Código Penal de 1830	38
2.2. O Código Penal de 1890	39
2.3. Código Penal de 1940	40
3. O crime de corrupção na atualidade	42
 II. Princípios Penais Constitucionais e a Apuração dos Crimes de Corrupção.....	 45
1. Princípios penais constitucionais.....	46
1.1. Princípio da igualdade	46
1.2. Princípio da legalidade	47
1.3. Princípio da irretroatividade da lei penal	49
1.3.1. Leis penais em branco	50
1.3.2. Leis excepcionais ou temporárias.....	51
1.4. Princípio da culpabilidade	51
1.5. Princípio da individualização da pena	53
1.6. Princípio da proporcionalidade.....	54
2. Breve panorama dos princípios constitucionais do processo penal brasileiro	55
2.1. O devido processo legal (<i>due process of law</i>) e o juiz natural	55
2.2. O contraditório	56
2.3. Ampla defesa.....	56
2.4. Presunção de inocência.....	56
2.5. Publicidade e Isonomia	57
2.6. Duplo grau de jurisdição	57
3. O sistema processual brasileiro	57
3.1. O sistema processual penal brasileiro	59
3.2. As medidas cautelares pessoais na Lei 12.403/11.....	60
4. O Processo Penal e o Crime de Corrupção.....	61

III. Bem Jurídico Protegido e Crime de Corrupção	63
1. Evolução do conceito	64
2. Teorias atuais sobre o bem jurídico	68
2.1. Teorias constitucionalistas	68
2.2. Teorias sociológicas	69
2.3. Bem jurídico e sociedade de risco.....	69
2.4. Bem jurídico e crime de corrupção.....	71
 IV. Função da Pena: a Política Criminal e o	
Crime de Corrupção	77
1. Período clássico e Retribucionismo.....	78
2. Prevenção geral	80
3. Positivismo naturalista	81
4. Finalismo	83
5. Prevenção geral positiva	84
6. Claus Roxin e a Política Criminal.....	87
7. Fins da pena e sociedade atual	89
8. Fundamento da pena	91
9. A pena e os crimes de corrupção.....	92
 V. Tendências do Direito Penal com Relação à	
Corrupção. Direito Penal Estrangeiro	97
1. Europa	99
1.1. Alemanha.....	99
1.2. Espanha.....	102
1.3. Itália	105
1.4. Portugal.....	107
1.5. Holanda	110
2. América Latina.....	112
2.1. Argentina	112
2.2. Chile.....	113
 VI. Perspectiva Criminológica e Crime de Corrupção.....	117
1. Teorias da aprendizagem social (<i>Social Learning</i>).....	119
1.1. Teoria da associação diferencial	119
1.2. Teoria da neutralização.....	122
2. O crime do colarinho branco	123
2.1. Conceito.....	123
2.2. Características dos crimes de colarinho branco	125
2.2.1. Complexidade das condutas	125
2.2.2. Dificuldade de sancionar estes crimes.....	126
2.2.3. Ausência de violência ou grave ameaça no	
crime do colarinho branco	126

2.2.4. O bem jurídico difuso atingido por estes crimes e a não identificação das vítimas	126
2.2.5. A divisão do trabalho e da responsabilidade	127
3. A vítima e a criminalidade atual	128
4. Os crimes sem vítimas	129
5. O crime de corrupção e a criminologia	129
VII. O Controle Penal dos Crimes de Corrupção no Brasil	131
1. Aspectos políticos e crime de corrupção	132
2. Aspectos globalizados do crime de corrupção e sociedade de risco	137
3. A corrupção e a criminalidade organizada: problemas da dogmática jurídico-penal.....	140
4. Prevenção e crime de corrupção.....	143
5. Função do Direito Penal no Estado Democrático de Direito	146
6. Controle penal dos crimes de corrupção no Brasil.....	148
6.1. Dogmática jurídico-penal.....	148
6.2. As classes de corrupção	151
6.3. O papel do juiz	153
6.4. O papel do Ministério Público.....	153
7. Responsabilidade dos prefeitos municipais	155
8. O crime e a infração administrativa	155
VIII. Aspectos Atuais da Corrupção e seu Controle no Brasil	157
1. Responsabilidade política e responsabilidade penal	158
2. Comissão Parlamentar de Inquérito	158
3. O movimento internacional contra a corrupção.....	161
4. Corrupção: manifestações populares de 2013 e a PEC 37.....	162
5. Transparência, mídia e opinião pública	163
6. Corrupção x Democracia	166
7. O mito da extinção da corrupção. A corrupção como problema cultural	168
IX. Corrupção: a Angústia número 1 do Brasil. Percepção, Custos e Crise de Representatividade – o Apodrecimento dos Partidos Políticos	173
1. Corrupção: a angústia número 1 do Brasil.....	174
2. Quanto nos custa a corrupção?	175
3. A crise de representatividade – o apodrecimento dos Partidos Políticos no Brasil	179
4. Reforma Política para o Brasil, não para os políticos	183
X. Três Pontos Capitais: Foro Privilegiado, Prisão após Condenação em Segundo Grau e Colaboração Premiada.....	189
1. Foro privilegiado – indústria de impunidade	190

2. Prisão somente após trânsito em julgado: Garantismo penal ou escudo garantidor da impunidade?	192
3. Colaboração premiada: uma nova página no combate à corrupção. As conspirações pelo retrocesso	193

XI. Importantes Ferramentas Extrapenais de Controle da Corrupção no Brasil.....	201
1. A Ação Popular como Instrumento Democrático de Combate à Corrupção	202
2. Lei da Ação Civil Pública	203
3. A Lei de Improbidade	205
3.1. Funcionário público e agente público: diferenças	205
3.2. Os atos de improbidade administrativa na Lei 8.429/92.....	209
3.3. As sanções previstas na Lei 8.429/92	212
3.4. Aspectos processuais da Lei 8.429/92	213
4. Lei de Responsabilidade Fiscal	214
5. A Lei da Ficha Limpa	216

XII. A Lei Anticorrupção (12.846/13), modificada pela Lei 13.506/17	219
1. A Lei anticorrupção (12.846/13): responsabilidade administrativa e civil da pessoa jurídica e seus reflexos legislativos.....	220
Valorização da esfera processual administrativa	221
Competência do Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica.....	221
Responsabilidade objetiva	222
Punições expressivas.....	222
Acordo de Leniência.....	223
Incentivo ao controle interno empresarial	232
Transparência – cadastro público de empresas sancionadas.....	233
Regulamentação no Estado de São Paulo	233
2. Texto da Lei Anticorrupção empresarial na íntegra(Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013)	235
3. O Decreto de regulamentação da Lei 12.846/13. (Decreto 8.420 de 18/03/2015)	242
4. A Lei 13.506/17	254

XIII. Observações Finais	277
---------------------------------------	------------

Bibliografia	283
Sobre o Autor	293